

UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS

Termo de Referência 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	153114-UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS /RS	VIVIANE MARIA DOS SANTOS SOARES	13/04/2026 11:02 (v 0.11)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		23078.528115/2025-22

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de ativo de segurança de rede (Next-Generation Firewall - NGFW) para composição de par de Alta Disponibilidade (High Availability - HA), aquisição de licenciamento da solução em produção e aquisição de licenciamento da solução de gestão centralizada de logs, incluindo suporte técnico e garantia, para atender às necessidades de Segurança da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Especificação	CATMAT /CATSER	Unidade de Medida	CÓD. PMC-TIC	QTD.	Valor Unitário / Máximo Admitido (R\$)	Valor Total / Máximo Admitido (R\$)
	1	Equipamento FortiGate FG-1801F (Hardware novo, de primeiro uso para composição de cluster HA).	609340	Unidade		01	506.050,33	506.050,33
	2	Serviço de instalação, configuração e implementação (serviço técnico especializado para o item 1, incluindo fixação física, migração lógica e integração).	27111	Unidade		01	35.225,00	35.225,00
		Aquisição Licenciamento Enterprise Protection (IPS, AI-based Inline Malware Prevention, Inline CASB Database, DLP, App Control, Adv Malware Protection, URL/DNS/Video Filtering, Anti-spam, Attack Surface						

1	3	Security, Converter Svc, Licenciamento Forticare Premium) por 60 meses, para firewall Fortigate FG-1801F, com substituição por modelo equivalente em 1 (um) dia útil.  FC-10-F18F1-809-02-x.  FC-10-F18F1-210-02-x	27502	Unidade		01	1.397.500,00	1.397.500,00
	4	Renovação Licenciamento Enterprise Protection (IPS, AI-based Inline Malware Prevention, Inline CASB Database, DLP, App Control, Adv Malware Protection, URL/DNS /Video Filtering, Anti-spam, Attack Surface Security, Converter Svc, FortiCare Premium) por 60 meses, para firewall Fortigate FG-1801F, com substituição por modelo equivalente em 1 (um) dia útil.  Equipamento Modelo: FortiGate FG-1801F  SN FG181FTK21901099  FC-10-F18F1-809-02-x.  FC-10-F18F1-210-02-x	27502	Unidade		01	1.383.710,15	1.383.710,15
	5	Renovação Licenciamento FortiAnalyzer FAZ-VM-GB-100 (SN: FAZ-VMTM22000548), com 100 GB /dia de logs, com licenciamento por 60 meses, com capacidade de armazenamento ilimitada.  Modelo: FortiAnalyzer FAZ-VM-GB-100  FC5-10-LVOVM-248-02-x	27502	Unidade		01	237.010,27	237.010,27
	6	Contrato de manutenção e suporte para o equipamento FG-1801F em operação, bem como para os equipamentos dos itens 1,3, 4 e 5 desta contratação. A manutenção e o suporte deverão ser prestados na modalidade 24 horas por dia, 7 dias na semana, pelo período de 60 meses, com substituição por equipamento equivalente em, no máximo, um (1) dia útil. Os demais itens da contratação, relacionados aos licenciamentos, deverão	27740	Mês		60	4.998,50	299.910,00

		permanecer cobertos por garantia e manutenção da fabricante Fortinet durante o mesmo período de 60 meses.						
TOTAL								3.859.405,75

1.2. Havendo divergência entre o código do CATMAT/CATSER e a descrição do item, prevalece a descrição que consta no Termo de Referência.

1.3. A presente contratação está adjudicada por grupo, em razão da natureza integrada da solução a ser contratada, composta por equipamentos firewall, licenciamentos e suporte, os quais devem operar de forma conjunta e plenamente compatível. A contratação de itens de forma isolada poderia comprometer a interoperabilidade da solução, dificultar a gestão do ambiente, gerar riscos de incompatibilidade entre hardware e software, bem como trazer prejuízos à garantia, ao suporte técnico e à atualização das funcionalidades de segurança. Dessa forma, a adjudicação por grupo assegura a aquisição de uma solução completa e funcional, garantindo a adequada implementação, operação e suporte do ambiente de segurança da informação, além de contribuir para maior eficiência administrativa e melhor atendimento às necessidades institucionais, especialmente quanto à necessidade da alta disponibilidade dos equipamentos.

1.4. A não adoção de reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte justifica-se pela natureza integrada e indivisível da solução a ser contratada, composta por equipamento de firewall, licenciamento de software e serviços de suporte técnico especializado. Trata-se de uma solução de segurança de rede que opera de forma unificada, na qual os componentes de hardware, software e suporte possuem forte interdependência técnica, exigindo compatibilidade plena entre os elementos, gerenciamento centralizado e responsabilidade única pela garantia, atualização e suporte do fabricante. A eventual divisão do objeto ou a reserva de parte dele para execução por diferentes fornecedores poderia gerar riscos de incompatibilidade tecnológica, fragmentação de responsabilidades, dificuldades na prestação de suporte e comprometimento da continuidade e da eficácia da solução de segurança da informação, especialmente em situações de incidentes ou falhas operacionais. Dessa forma, sob o ponto de vista técnico e operacional, a reserva de cotas mostra-se incompatível com as características do objeto, podendo comprometer a eficiência, a segurança e a governança da infraestrutura de rede institucional, razão pela qual se justifica a realização da contratação sem a aplicação desse mecanismo.

1.5. Em observância ao disposto no art. 3º, incisos I e II da Instrução Normativa SGD nº 94/2022, registra-se que a contratação não incorrerá em mais de uma solução de TIC em um único contrato, bem como não incorre em serviços dispostos no art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, inclusive a gestão de processos de TIC e a gestão de segurança da informação.

**Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.6. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.7. Declara-se que o objeto da presente contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 10.818/2021, uma vez que suas especificações atendem exclusivamente às necessidades institucionais da Administração, observando critérios de funcionalidade, desempenho e economicidade.

**Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.8. O objeto desta contratação é enquadrado como continuado, pois a prestação dos serviços é uma necessidade da UFRGS para a manutenção das suas atividades administrativas e acadêmicas, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

**Prazo de vigência**

1.9. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses com início na data da assinatura do termo de recebimento definitivo, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº14.133, de 2021.

1.10. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

1.10.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

1.10.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

1.10.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

1.10.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

1.10.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

1.10.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

1.11. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

### 2.1. Alinhamento ao Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Contextualização

A presente contratação encontra-se estritamente alinhada e fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) apensado aos autos deste processo administrativo. O ETP detalha a avaliação de soluções, a justificativa legal para a padronização tecnológica e a totalidade dos requisitos de negócio e tecnológicos. De forma sintética, a motivação e a descrição da necessidade consolidam-se a seguir.

A UFRGS atua como um polo crítico de ensino, pesquisa e extensão. A prestação de seus serviços essenciais à sociedade depende intrinsecamente da HA, integridade e confidencialidade de sua infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Diante do complexo e crescente cenário de ameaças cibernéticas globais, a proteção do perímetro de rede e a gestão unificada de incidentes ultrapassam a condição de mero requisito operacional, assumindo a posição de pilar estratégico de governança institucional.

Nesse contexto, a contratação de uma solução de NGFW e a renovação do ecossistema de segurança em produção são medidas imprescindíveis para viabilizar o crescimento tecnológico da Universidade com segurança, resiliência e plena capacidade de auditoria.

### 2.2. Fundamentação e Necessidade de Negócio

A contratação fundamenta-se na necessidade inadiável de fortalecer a infraestrutura de segurança da informação, destacando-se, dentre os requisitos detalhados no ETP, os seguintes macro-objetivos de negócio:

- **Continuidade Operacional e Alta Disponibilidade:** A infraestrutura sustenta o acesso a sistemas acadêmicos, financeiros e administrativos vitais. O negócio exige a eliminação de pontos únicos de falha na borda da rede.
- **Mitigação de Riscos e Ameaças:** É imperativo reduzir o risco de ataques cibernéticos destrutivos (como *ransomware*, invasões, exfiltração de dados e ataques DDoS) que possuem potencial para paralisar as operações da Universidade.

- **Conformidade Regulatória e Governança:** A solução visa garantir a estrita conformidade com a legislação vigente, destacando-se a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a Política de Segurança da Informação (PSI) interna e as diretrizes do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI).
- **Proteção de Ativos e Prevenção de Ilícitos:** Assegurar a integridade e a confidencialidade das informações geradas por pesquisas e dos dados pessoais sob custódia, além de impedir o uso indevido da infraestrutura de rede para fins ilícitos (ex: tráfego de conteúdos protegidos por direitos autorais ou participação em botnets).

2.3. Fundamentação e Necessidade de Negócio

Para o pleno atendimento aos requisitos elencados, a solução tecnológica a ser adquirida abrange a expansão, a integração e o suporte contínuo do perímetro de rede, contemplando obrigatoriamente:

- **Arquitetura de Resiliência (Hardware):** Aquisição de 1 (um) *appliance* físico FortiGate FG-1801F para compor um *cluster* em Alta Disponibilidade com o equipamento idêntico já em operação, garantindo a sincronização de sessões e o *failover* imediato sem perda de pacotes, justificando-se a padronização tecnológica para a viabilidade da arquitetura.
- **Inspecção Profunda e Defesa Ativa (Licenciamento por 60 meses):** Aquisição e renovação dos pacotes *Enterprise Protection* para o *cluster*, habilitando a proteção contra ameaças de dia zero (*AI-based Inline Malware Prevention*), controle granular de dados (*App Control*, CASB e DLP) e higiene da superfície de ataque (IPS, filtro de URL/DNS e Anti-spam).
- **Telemetria e Retenção de Logs:** Renovação do licenciamento da máquina virtual FortiAnalyzer FAZ-VM-GB-100 já em produção, garantindo a ingestão de até 100 GB/dia e armazenamento ilimitado das trilhas de auditoria, com integração nativa (*Security Fabric*) para viabilizar a investigação forense retroativa pela equipe de Time de Resposta a Incidentes (TRI) da UFRGS.
- **Serviços Especializados e Suporte Unificado (SLA):** Contratação de serviços profissionais para a instalação física, configuração lógica e migração de regras, aliados a um contrato unificado de manutenção e suporte 24x7 (por 60 meses). O suporte deve prever a substituição expressa de *hardware* defeituoso (*RMA*) no prazo máximo de 1 (um) dia útil, mitigando os riscos de indisponibilidade prolongada.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 92969856000198-0-000001/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 12/06/2025;
- III) Id do item no PCA: 1765 a 1770;
- IV) Classe/Grupo: 7050/871/182/166;
- V) Identificador da Futura Contratação: **153114 - 90252/2026.**

2.5. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024-2027 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2022-2026 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
4.2.4	Objetivos de inovação científica e tecnológica, que envolvem aspectos gerais sobre o Parque Científico e Tecnológico da UFRGS, alianças estratégicas, parcerias e modelos de interação.

ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
7.1	Manutenção e evolução da infraestrutura de TIC da UFRGS.	7.1.1	Efetuar a atualização tecnológica de equipamentos, visando evitar obsolescência.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução de TIC a ser contratada consubstancia-se na expansão, na atualização tecnológica e no suporte contínuo do ecossistema de segurança de perímetro da UFRGS. A estratégia de contratação será por meio de adjudicação global (lote único), diretriz esta adotada para assegurar a integração nativa e indissociável dos componentes técnicos (*Security Fabric*), a responsabilidade centralizada e inequívoca de um único fornecedor e a consolidação de uma arquitetura de rede em HA, requisito fundamental para a salvaguarda e a manutenção das operações vitais da instituição.

A modelagem da contratação foi estruturada sob a ótica do ciclo de vida do objeto, projetando-se um horizonte de estabilidade operacional, previsibilidade orçamentária e sustentação tecnológica de 60 (sessenta) meses. Durante este período integral, a Administração Pública garante não apenas a aquisição do ativo físico, mas a efetiva fruição da capacidade de proteção cibernética, a contínua atualização das defesas contra ameaças emergentes e a plena mitigação de riscos atrelados à obsolescência ou falha de componentes.

O escopo da solução divide-se nos seguintes estágios operacionais e de sustentação do ciclo de vida, abarcando os 6 (seis) itens que compõem o lote único:

#### 3.1. Aquisição, Expansão de Infraestrutura e Implementação Especializada

Este momento do ciclo de vida visa suprir a lacuna atual, provendo o ativo físico necessário e o esforço de engenharia para integrá-lo ao ambiente de forma transparente, sem ocasionar indisponibilidade aos serviços da universidade.

- **Item 1 (Infraestrutura Física - *Hardware*):** Aquisição de 1 (um) equipamento (*appliance*) de *firewall* de próxima geração modelo FortiGate FG-1801F. Este *hardware*, novo e sem previsão de descontinuidade, será destinado à composição de um *cluster* de HA com o ativo de modelo idêntico já operante no *datacenter* da universidade. A introdução deste componente elimina o ponto único de falha na borda da rede, permitindo que falhas sistêmicas ou manutenções programadas em um dos equipamentos resultem no redirecionamento imediato do tráfego (*failover*) sem perda de pacotes ou desconexão de sessões.
- **Item 2 (Serviços Especializados de Implementação):** Prestação de serviço técnico especializado de instalação, configuração e implementação do equipamento descrito no Item 1. O escopo dos serviços abrange a instalação física no *datacenter* (procedimentos de *racking*, organização de cabeamento e energização redundante) e a configuração lógica, que inclui o pareamento em HA, a migração e a otimização de políticas de segurança legadas, e a integração nativa com o ecossistema de *logs* existente. A implantação será concluída com a homologação do ambiente e a entrega da respectiva documentação técnica atualizada.

#### 3.2. Operação Contínua, Defesa Ativa de Perímetro e Telemetria (Sustentação por 60 Meses)

Para que o *hardware* cumpra sua função protetiva ao longo do seu ciclo de vida, é imprescindível a manutenção ininterrupta das assinaturas de segurança e da capacidade de retenção de trilhas de auditoria, garantindo a conformidade contínua com normativos de proteção de dados, como a LGPD.

- **Item 3 (Licenciamentos de Segurança Avançada - Novo Firewall):** Aquisição de Licenciamento Enterprise Protection destinado ao novo FortiGate FG-1801F (Item 1), com vigência ininterrupta de 60 (sessenta) meses. O pacote assegura a habilitação e a atualização contínua em tempo real de inspeção, incluindo: Sistema de

Prevenção de Intrusões (IPS), Prevenção de Malware baseada em Inteligência Artificial (AI-based Inline Malware Prevention), Inline CASB Database, Prevenção contra a Perda de Dados (DLP), Controle Granular de Aplicações (App Control), Advanced Malware Protection, Filtro dinâmico de URL/DNS/Vídeo, Anti-spam, Attack Surface Security e Converter Svc. (Part Numbers de Referência: FC-10-F18F1-809-02-60).

- **Item 4 (Renovação de Licenciamento NGFW - Firewall em produção):** Renovação do Licenciamento *Enterprise Protection* para o *firewall* modelo FortiGate FG-1801F que já se encontra em produção na rede da UFRGS. A referida renovação estender-se-á por 60 (sessenta) meses, garantindo paridade tecnológica e o mesmo escopo de proteção avançada listado no Item 3, condição indispensável para o funcionamento homogêneo do *cluster* HA. (Part Numbers de Referência: FC-10-F18F1-809-02-60).
- **Item 5 (Telemetria, Auditoria e Gestão de Eventos):** Renovação do licenciamento atrelado à plataforma de correlação de *logs* FortiAnalyzer FAZ-VM-GB-100, atualmente instanciada no ambiente virtualizado da universidade. A subscrição, com validade de 60 (sessenta) meses, fornece a capacidade técnica de ingestão diária de até 100 GB de *logs* de segurança, e armazenamento com capacidade ilimitada. Este componente garante a rastreabilidade da rede, subsidiando as ações de auditoria interna, a comprovação de conformidade legal e as investigações forenses. (Part Number de Referência: FC5-10-LVOVM-248-02-60).

### 3.3. Operação Contínua, Defesa Ativa de Perímetro e Telemetria (Sustentação por 60 Meses)

A dimensão final da composição do ciclo de vida visa blindar o investimento estatal contra imprevistos físicos e falhas de fabricação, assegurando que o tempo de inatividade da rede (*downtime*) tenda a zero durante toda a vigência contratual.

- **Item 6 (Suporte Técnico Avançado e Acordo de Nível de Serviço):** Contrato unificado de manutenção e suporte técnico avançado, de responsabilidade solidária do fabricante e da integradora contratada, prestado na modalidade 24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7), pelo período contínuo de 60 (sessenta) meses. Este serviço contemplará o equipamento FG-1801F recém-adquirido (Item 1), o FG-1801F já em operação, bem como o pleno funcionamento das plataformas e das subscrições descritas nos Itens 3, 4 e 5. Como mecanismo de resiliência e mitigação extrema de riscos, o contrato exige a substituição física de qualquer *appliance* abrangido que venha a apresentar falha irrecuperável de *hardware* (procedimento de RMA - *Return Merchandise Authorization*) por modelo idêntico no prazo máximo e improrrogável de 1 (um) dia útil (*FortiCare Premium* ou modalidade equivalente). (Part Number de Referência: FC-10-F18F1-210-02-60).

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Requisitos de Negócio:

4.1. A solução de segurança de perímetro, abarcando o hardware, os licenciamentos e os serviços correlatos, deve obrigatoriamente suprir os seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. **Garantia de Continuidade Operacional e Alta Disponibilidade (HA):** A solução contratada deve ser capaz de eliminar sumariamente o ponto único de falha na borda da rede. É imperativo que a arquitetura permita a composição de um cluster em HA com o equipamento FortiGate FG-1801F já em operação. O fornecimento e as configurações devem garantir que, diante de qualquer falha física ou manutenção em um dos appliances, o tráfego seja assumido instantaneamente pelo nó redundante (*failover*), resguardando o funcionamento ininterrupto dos sistemas vitais da universidade.

4.1.2. **Mitigação de Riscos e Ameaças Cibernéticas:** A plataforma deve atuar na redução da superfície de ataque e dos riscos cibernéticos, provendo salvaguardas tecnológicas capazes de bloquear infecções por ransomware, tentativas de invasão, sequestro ou exfiltração de dados e ataques de negação de serviço (*DDoS*), os quais possuem potencial para paralisar as atividades acadêmicas e administrativas.

4.1.3. **Garantia da Continuidade dos Serviços:** O objeto contratado deve assegurar a resiliência, a estabilidade e a disponibilidade contínua do acesso à rede e aos sistemas da UFRGS, suportando o alto volume de tráfego decorrente da essencialidade dos serviços prestados e da forte dependência tecnológica da comunidade universitária.

**4.1.4. Cumprimento de Exigências Regulatórias:** O ecossistema de proteção deve prover visibilidade, rastreabilidade e controles de acesso que possibilitem à universidade demonstrar e manter a estrita conformidade com a legislação e normativas vigentes. Destacam-se o atendimento à LGPD, do Marco Civil da Internet, da Política de Segurança da Informação (PSI) interna e das diretrizes do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI).

**4.1.5. Proteção de Dados e Ativos Institucionais:** A infraestrutura de segurança deve garantir de forma ininterrupta os pilares da segurança da informação (disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade) sobre as informações digitais geradas pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Deve isolar o perímetro para o resguardo dos dados pessoais sob custódia e demais registros classificados como ativos da universidade.

**4.1.6. Prevenção ao Uso Indevido da Infraestrutura:** A solução deve dispor de controles granulares de tráfego, filtros e inteligência de rede capazes de coibir o uso dos recursos tecnológicos institucionais (especialmente os *links* de internet) para práticas não homologadas ou ilícitas. A proteção deve barrar, de forma automatizada, o tráfego de *download* de conteúdos protegidos por direitos autorais, acessos a URLs maliciosas e a participação involuntária de ativos internos em redes de *botnets* ou ataques distribuídos (DDoS).

## Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

## Requisitos Legais

4.3. A contratação, a solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e a execução dos serviços correlatos deverão observar rigorosamente as seguintes leis, normativos e diretrizes vigentes:

- **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos):** Rege todo o procedimento licitatório e a execução contratual.
- **Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022:** A solução e o processo de contratação devem aderir integralmente ao processo de contratação de soluções de TIC pela Administração Pública Federal, contemplando o planejamento, o modelo de execução, o modelo de gestão e a medição por resultados.
- **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD):** A Contratada e as ferramentas fornecidas (como o *firewall* e o correlacionador de *logs* FortiAnalyzer) deverão garantir a proteção dos dados pessoais transitados e armazenados na rede da universidade. Qualquer acesso da Contratada a dados durante o suporte técnico ou implementação deverá observar os princípios da finalidade, necessidade e segurança dispostos na LGPD.
- **Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023:** Aplica-se às diretrizes e recomendações técnicas para a mensuração e contratação de licenciamento de *software*, exigindo que os níveis de serviço contratuais (SLA) estejam compatibilizados com as condições oferecidas pelo fabricante, bem como o pagamento atrelado ao resultado.
- **Súmula nº 269 do Tribunal de Contas da União (TCU):** Os serviços de instalação, configuração e suporte técnico previstos nesta contratação deverão ser remunerados exclusivamente mediante a entrega de resultados e o atendimento de Acordos de Nível de Serviço (SLA), sendo expressamente vedado o pagamento por hora trabalhada (homem-hora) ou por posto de serviço.

## Requisitos de Manutenção

4.4. Os serviços de manutenção e suporte técnico deverão assegurar o funcionamento ininterrupto, atualizado e seguro de todo o ecossistema de proteção de perímetro da universidade durante o ciclo de vida estipulado para a contratação, devendo a Contratada (em solidariedade com o fabricante) observar obrigatoriamente os seguintes requisitos:



- **Cobertura e Vigência Unificada:** O serviço de suporte e manutenção deverá ser prestado na modalidade 24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7), pelo período contínuo de 60 (sessenta) meses, com início a partir da data de recebimento definitivo da solução.
- **Abrangência do Escopo:** O contrato de manutenção deve cobrir de forma integral e centralizada o equipamento FortiGate FG-1801F recém-adquirido (Item 1), o equipamento FortiGate FG-1801F já em operação, bem como sustentar o pleno funcionamento das plataformas e subscrições lógicas descritas nos Itens 3, 4 e 5 (*Enterprise Protection* e FortiAnalyzer).
- **Substituição Avançada de Hardware (RMA):** Como mecanismo de resiliência e salvaguarda das operações vitais, qualquer equipamento físico abrangido pela contratação que venha a apresentar falha de *hardware* impeditiva deverá ser substituído por modelo idêntico ou tecnologicamente superior no prazo máximo e improrrogável de 1 (um) dia útil.
- **Custos Logísticos e Operacionais:** Todos os custos decorrentes do processo de RMA, incluindo fretes de envio e devolução internacional ou nacional, impostos, taxas alfandegárias e seguros, serão de responsabilidade exclusiva e integral da Contratada, não cabendo qualquer ônus à Administração.
- **Atualização Tecnológica e de Segurança:** O serviço deverá garantir à equipe técnica da instituição o direito irrestrito de acesso e *download* de todas as atualizações de *software*, *firmware*, *patches* de segurança e correções de *bugs* lançadas pelo fabricante durante toda a vigência do contrato.
- **Canais de Atendimento e Escalação Técnica:** A Contratada assumirá a responsabilidade primária pela prestação do suporte técnico à universidade, devendo disponibilizar canais próprios e oficiais de atendimento (telefone e portal *web* ou sistema de *helpdesk*) para a abertura e gestão de chamados, sem limitação de quantidade de *tickets* ou horas consumidas. Nos casos de alta complexidade, incidentes severos de segurança ou quando esgotados os seus recursos técnicos de diagnóstico, caberá à própria Contratada realizar a escalada imediata do incidente junto ao Centro de Assistência Técnica do fabricante, sendo a responsável por intermediar, acompanhar e garantir a resolução tempestiva do problema perante a Administração.
- **Suporte Técnico Presencial (On-site):** Nos casos em que o incidente for classificado como crítico ou não puder ser solucionado ou diagnosticado remotamente — seja por inacessibilidade lógica ao equipamento, perda total de conectividade ou necessidade de intervenção física complexa —, a Contratada deverá providenciar o deslocamento de técnico especializado às dependências do datacenter da instituição. O início do atendimento presencial deverá ocorrer em um prazo máximo de 8 horas após a constatação formal da inviabilidade do suporte remoto. Todos os custos envolvidos (deslocamento, estadia, alimentação e horas técnicas) correrão por conta exclusiva da Contratada.

## Requisitos Temporais

4.5. A execução do objeto desta contratação deverá observar rigorosamente os seguintes prazos e marcos temporais, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis:

- **Prazo de Vigência Contratual:** O contrato administrativo decorrente desta licitação terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura, contemplando todo o ciclo de vida de operação, suporte e licenciamento das soluções de segurança.
- **Prazo de Entrega Física e Lógica (Itens 1 e 3):** A Contratada deverá realizar a entrega física do equipamento *hardware* (FortiGate FG-1801F) nas dependências do *datacenter* da UFRGS e comprovar a ativação/liberação de todas as subscrições de licenciamento em até 45 dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço (OS) ou da Nota de Empenho (NE), podendo o prazo ser excepcionalmente prorrogado, desde que previamente justificado pelo Contratado e devidamente autorizado pela Contratante.
- **Prazo de Entrega Lógica (Itens 4 e 5):** A Contratada deverá realizar a entrega das subscrições de licenciamento dos itens 4 e 5 em até [1] dia corrido, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço (OS) ou da Nota de Empenho (NE), podendo o prazo ser excepcionalmente prorrogado, desde que previamente justificado pelo Contratado e devidamente autorizado pela Contratante.
- **Prazo de Instalação, Configuração e Implementação (Item 2):** Os serviços técnicos especializados de fixação física, configuração lógica, migração de regras e ativação do *cluster* em HA deverão ser iniciados em até 05 dias úteis após o recebimento provisório do equipamento e concluídos, com a devida entrega da documentação, no prazo máximo de 7 dias corridos, podendo o prazo ser excepcionalmente prorrogado, desde que previamente justificado pelo Contratado e devidamente autorizado pela Contratante.

- **Janelas de Manutenção e Intervenção:** Considerando que a infraestrutura de borda sustenta as operações vitais da instituição, quaisquer serviços de implementação, testes de *failover* ou intervenções físicas que acarretem risco de indisponibilidade ou degradação da rede deverão ser executados fora do horário de expediente administrativo ou em janela de manutenção programada, mediante prévio agendamento e autorização da equipe técnica da universidade.
- **Prazo de Substituição de Hardware (RMA):** Conforme definido nos requisitos de manutenção, o prazo temporal máximo para a entrega e substituição física de qualquer equipamento que apresente falha de *hardware* durante os 60 meses de vigência é de 1 (um) dia útil, contado a partir do diagnóstico conclusivo e aprovação do RMA pelo fabricante.
- O início da prestação dos serviços descritos no item 6 deverá ocorrer no prazo de **01 (um) dia útil**, contado a partir do início da vigência contratual.

4.6. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Atividade, Tarefa ou Serviço	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de solução de problema
Incidente Crítico (Parada Total)	04 horas	24 horas
Incidente Não Crítico / Requisição	24 horas	48 horas

### Requisitos de Segurança e Privacidade

4.7. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e devendo assegurar a autenticidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade das informações processadas ou custodiadas. Especificamente, a solução deve estar aderente aos seguintes diretrizes da PSI:

- **Princípios de Segurança:** A solução deve operar em conformidade com os princípios da necessidade (limitando o tratamento ao mínimo necessário), segurança (utilizando medidas técnicas para proteger dados de acessos não autorizados ou destruição), prevenção (adotando medidas para prevenir danos) e responsabilização (demonstrando a eficácia das medidas de segurança).
- **Apoio à Gestão de Incidentes:** A solução deve fornecer mecanismos de auditoria, logs e alertas que subsidiem o time de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (TRI) na detecção de intrusões, avaliação de segurança e registro histórico de atividades, facilitando a análise de incidentes e a identificação de sua extensão e natureza.
- **Proteção de Dados:** Deve implementar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger dados pessoais e dados organizacionais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas, considerando a natureza das informações e o estado atual da tecnologia.
- **Disponibilidade e Integridade:** A solução deve contribuir para mitigar riscos de interrupção das operações vitais da Universidade (Disponibilidade) e proteger contra modificações ou destruições não autorizadas (Integridade), classificadas conforme o impacto (baixo, médio ou alto) à imagem e operações da instituição.

### Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.8. Em observância ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável preconizado na Lei nº 14.133/2021 e às diretrizes de contratações de TIC na Administração Pública Federal, a solução contratada e a execução dos serviços deverão atender aos seguintes critérios socioambientais:

- **Sustentabilidade e Logística Reversa (Ambiental):** Em cumprimento à Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), a Contratada será integralmente responsável pelo recolhimento e pela destinação final ambientalmente adequada de todas as embalagens, plásticos, manuais impressos e resíduos gerados durante a instalação física do equipamento no *datacenter*. Da mesma forma, em casos de acionamento de garantia ou

substituição expressa de *hardware* (RMA), a Contratada deverá providenciar o recolhimento da peça defeituosa e seu descarte ecológico ou devolução à cadeia produtiva, sem qualquer ônus à universidade.

- **Eficiência Energética e Restrição de Substâncias (Ambiental):** O equipamento fornecido (FortiGate FG-1801F) deve ser projetado com base em critérios de eficiência energética para operação contínua (24x7) e estar em conformidade com a diretiva internacional *RoHS* (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), garantindo que sua fabricação é isenta ou possui níveis seguros de substâncias nocivas (como chumbo, mercúrio e cádmio).
- **Aderência ao Ambiente Institucional (Cultural):** Considerando que a UFRGS é um ambiente plural de ensino, pesquisa e extensão, os profissionais designados pela Contratada para intervenções presenciais ou suporte remoto deverão atuar com urbanidade e respeito à comunidade acadêmica, seguindo os preceitos éticos da instituição. Ademais, as configurações lógicas implementadas no *firewall* e no correlacionador de *logs* devem respeitar a cultura de liberdade de cátedra e pesquisa da universidade, aplicando bloqueios apenas mediante diretrizes formais da equipe técnica e em alinhamento com a PSI da UFRGS.

## Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.9. A inserção da solução contratada no ambiente de rede da UFRGS deverá obedecer a rigorosos preceitos de arquitetura de redes e segurança da informação, garantindo que o desenho tecnológico suporte as operações vitais da universidade sem introduzir gargalos de processamento. A arquitetura deverá observar obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- **Topologia de Alta Disponibilidade (Cluster HA):** A arquitetura baseia-se no requisito técnico de pareamento lógico e físico do equipamento FortiGate FG-1801F a ser adquirido (Item 1) com o equipamento de modelo idêntico já operante no *datacenter*. A topologia deverá suportar a configuração de um *cluster* em modo Ativo-Passivo ou Ativo-Ativo, garantindo a sincronização contínua de estado de sessões (*stateful failover*), tabelas de roteamento e túneis IPsec, de modo que a transição de tráfego em caso de falha ocorra de forma transparente para os usuários e sistemas acadêmicos.
- **Integração Nativa e Visibilidade Unificada:** O *cluster* de *firewalls* de borda deverá possuir comunicação nativa, bidirecional e criptografada com a plataforma FortiAnalyzer FAZ-VM-GB-100 (Item 5), dispensando o uso de *middleware*, conectores de terceiros ou conversores de *logs*. Esta integração estrutural é fundamental para centralizar a telemetria, viabilizando a resposta tempestiva a incidentes cibernéticos e suportando as auditorias de conformidade com a LGPD.
- **Segmentação de Redes e Defesa em Profundidade:** O equipamento deverá suportar a criação e a gestão de múltiplas interfaces virtuais (VLANs/VDOMs), permitindo a segmentação lógica rigorosa entre redes de pesquisa, redes administrativas, redes de alunos e zonas desmilitarizadas (DMZ). A arquitetura deve facilitar a aplicação de políticas de *Zero Trust Network Access* (ZTNA) na borda, restringindo movimentos laterais de possíveis ameaças.
- **Compatibilidade de Interfaces Físicas e Roteamento Avançado:** O novo *appliance* deve dispor de portas físicas (interfaces de 10/25/40/100 GbE) em quantidade e tipo estritamente compatíveis com as conexões do *core* de rede e dos *links* de internet atuais da universidade, suportando transceptores óticos padrão de mercado. Além disso, a arquitetura lógica do *firewall* deverá suportar protocolos de roteamento dinâmico (como OSPF e BGP) para garantir a resiliência não apenas no equipamento, mas também nos caminhos de rede.

## Requisitos de Projeto e de Implementação

4.10. Os serviços deverão observar integralmente as etapas e os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

- **Plano de Execução e Janelas de Manutenção:** Antes de iniciar qualquer intervenção física ou lógica, a Contratada deverá apresentar um Plano de Implantação detalhado, contendo o cronograma de atividades, os pré-requisitos técnicos e a análise de riscos. Todas as ações que envolvam alteração de topologia, reinicialização de equipamentos ou risco de interrupção de tráfego deverão ser previamente aprovadas e executadas exclusivamente em janelas de manutenção acordadas com a equipe do Departamento de Segurança da Informação (DSInf) da UFRGS (preferencialmente fora do horário de pico acadêmico/administrativo).
- **Instalação Física (Racking e Cabeamento):** A Contratada será responsável pela montagem mecânica do equipamento FortiGate FG-1801F nos *racks* designados no *datacenter* da UFRGS, utilizando os trilhos adequados.

Deverá realizar a devida energização nas régua de energia redundantes (fontes duplas) e a conexão física dos *links* de comunicação (cabos de rede, fibras óticas e cordões de sincronismo de HA).

- **Configuração Lógica e Composição do Cluster HA:** O escopo de implantação exige a equiparação das versões de sistema operacional (*firmware*) entre o novo equipamento e o ativo em produção. A Contratada deverá configurar os *links* e estabelecer a topologia de HA, garantindo o pareamento lógico, o sincronismo das tabelas de sessão, de roteamento e dos túneis VPN, validando a estabilidade do *cluster*.
- **Ativação de Licenças e Integração Nativa:** A Contratada deverá providenciar o registro e a ativação das licenças *Enterprise Protection* (Itens 3 e 4) em ambos os nós do *cluster*, bem como renovar e validar o licenciamento da máquina virtual FortiAnalyzer (Item 5). Na sequência, deverá configurar a integração nativa (*Security Fabric*) entre a borda e o correlacionador, assegurando a correta exportação e ingestão de *logs* sem perdas.
- **Homologação, Testes de Failover e Validação:** Após a configuração, a Contratada deverá conduzir testes práticos e controlados de estresse e resiliência, simulando a queda de energia ou a perda de *links* no equipamento principal (nó ativo) para comprovar a eficácia do *failover* imediato para o nó secundário. O ambiente só será considerado homologado se os sistemas essenciais da universidade continuarem acessíveis durante a simulação.
- **Entrega de Documentação Técnica:** Ao término da implantação, a Contratada deverá elaborar e entregar à Administração a documentação técnica atualizada do ambiente de segurança. Este documento deve conter a topologia lógica e física final, o mapeamento de portas e interfaces, as versões de *firmware* aplicadas, os esquemas de roteamento, o detalhamento da configuração de HA e os contatos oficiais para acionamento do suporte e RMA.

## Requisitos de Implantação

4.11. A implantação da solução tecnológica abrange a inserção física do novo *hardware* no *datacenter*, a ativação dos licenciamentos e a configuração lógica em HA. Por se tratar de intervenção direta no perímetro de segurança e nos serviços essenciais da UFRGS, a Contratada deverá observar obrigatoriamente as seguintes diretrizes e etapas processuais:

- **Plano de Trabalho e Janelas de Manutenção:** Previamente ao início das atividades, a Contratada deverá submeter à aprovação da fiscalização técnica um Plano de Trabalho detalhado, contendo o cronograma, a matriz de responsabilidades, os pré-requisitos físicos e o plano de contingência (*rollback*). Intervenções que acarretem risco de indisponibilidade ou lentidão na rede deverão ser agendadas e executadas exclusivamente fora do horário de pico (janelas de manutenção), mediante autorização formal da equipe da universidade.
- **Instalação Física e Energização:** A Contratada realizará a montagem em *rack* do equipamento FortiGate FG-1801F (Item 1), utilizando os trilhos fornecidos. Deverá providenciar a correta organização do cabeamento (*cable management*) de rede e de fibra ótica, bem como a conexão às fontes de energia redundantes do *datacenter*, garantindo o fluxo de ar e a integridade física do ativo.
- **Configuração Lógica, Integração e Pareamento (HA):** A Contratada deverá equalizar as versões de sistema operacional (*firmware*) entre o novo equipamento e o ativo em produção. Na sequência, configurará as interfaces dedicadas e estabelecerá a topologia de Alta Disponibilidade (*cluster*), garantindo a sincronização das regras de *firewall*, sessões ativas (*stateful*), roteamento e túneis VPN, sem causar perda de conectividade.
- **Ativação de Subscrições e Telemetria:** Engloba o registro e a ativação formal das licenças *Enterprise Protection* nos dois nós do *cluster* (Itens 3 e 4), além da renovação do licenciamento da plataforma FortiAnalyzer (Item 5). A Contratada deverá garantir a integração nativa entre a borda e o correlacionador de *logs*, atestando a exportação correta da telemetria e o funcionamento das assinaturas de inspeção (IPS, DLP, Anti-malware).
- **Testes de Homologação e Critérios de Aceite:** A implantação só será considerada concluída após a execução de testes práticos de validação (*failover*). A Contratada deverá simular a indisponibilidade do nó principal (ativo) para comprovar que o nó secundário assume o tráfego instantaneamente, mantendo os serviços vitais acessíveis. Os resultados dos testes basearão a emissão do Termo de Recebimento Provisório.
- **Documentação Técnica Definitiva:** Como requisito final da implantação, a Contratada entregará o documento, contendo o diagrama de topologia atualizado (física e lógica), o mapeamento das interfaces, as matrizes de roteamento, as evidências de configuração do *cluster* HA e o fluxo de acionamento do suporte técnico (N1, N2 e N3 - Fabricante).

## Requisitos de Garantia e Manutenção

4.12. Para assegurar a resiliência contínua do perímetro de rede e a proteção ininterrupta das operações vitais da UFRGS, a Contratada deverá fornecer serviços de garantia e manutenção técnica englobando o hardware, o software e os licenciamentos, devendo observar estritamente os seguintes requisitos durante todo o ciclo de vida do objeto:

- **Prazo de Cobertura e Vigência Global:** Os serviços de garantia, manutenção corretiva e suporte técnico avançado deverão possuir vigência ininterrupta de **60 (sessenta) meses**, iniciando-se a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo da solução. O serviço deverá ser prestado na modalidade 24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7).
- **Escopo de Cobertura Unificada:** A garantia e a manutenção deverão amparar integralmente todos os componentes do lote único, o que inclui: o equipamento FortiGate FG-1801F recém-adquirido (Item 1), o equipamento FortiGate FG-1801F já pertencente à instituição, as licenças Enterprise Protection de ambos os nós (Itens 3 e 4) e a plataforma de correlação de eventos FortiAnalyzer (Item 5).
- **Substituição Avançada de Hardware (RMA):** Como mecanismo imprescindível para a preservação do cluster de HA, caso qualquer equipamento físico abrangido pelo contrato apresente falha ou defeito irrecuperável, a Contratada deverá providenciar a sua substituição por modelo idêntico no prazo máximo e improrrogável de **1 (um) dia útil** (Advanced Hardware Replacement / modalidade FortiCare Premium ou equivalente).
- **Ônus Logístico e Tributário:** Todos os custos e trâmites logísticos decorrentes do acionamento da garantia e do processo de RMA — incluindo fretes nacionais e internacionais, impostos de importação, taxas alfandegárias, seguros e deslocamento técnico para a substituição física no *datacenter* da UFRGS — serão de responsabilidade exclusiva da Contratada.
- **Atualizações Tecnológicas e Assinaturas de Segurança:** Durante os 60 (sessenta) meses de vigência, a Contratada garantirá à equipe técnica da UFRGS o direito irrestrito de acesso, *download* e uso de todas as atualizações de sistema operacional (*firmware*), *patches* de correção de vulnerabilidades (*bug fixes*) e atualizações contínuas das bases de assinaturas de segurança (IPS, controle de aplicativos, antivírus, filtro web, anti-spam, etc.) disponibilizadas pelo fabricante.
- **Atendimento e Escalonamento Técnico:** A Contratada atuará como ponto de contato para a abertura de chamados, devendo disponibilizar canais oficiais (portal *web*, e-mail, telefone) sem limitação de quantidade de *tickets*. Caberá à Contratada realizar o atendimento primário (N1 e N2) e, em casos de incidentes críticos, complexos ou de degradação da rede, efetuar o escalonamento imediato (N3) junto ao Centro de Assistência Técnica (TAC) do fabricante, intermediando a tratativa até à resolução definitiva do problema.

### Requisitos de Experiência Profissional

4.13. Os serviços de assistência técnica, suporte ou garantia deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.

### Requisitos de Formação da Equipe

4.14. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:

4.15. A CONTRATADA deverá comprovar, no momento da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço, que dispõe em seu quadro técnico de profissionais com certificações vigentes emitidas pelo fabricante (Fortinet), aptos a executar as atividades de instalação, configuração, troubleshooting e operação assistida da solução ofertada.

### Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.16. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.17. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.18. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana de maneira eletrônica e 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana por via telefônica.

4.19. A execução do serviço dever ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

### Requisitos de Licenciamento

4.20. Conforme diretrizes da Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023, a Contratada deverá garantir que todas as licenças e subscrições sejam emitidas, registradas e provisionadas de forma nativa no portal do fabricante (Fortinet) exclusivamente em nome da UFRGS. O repasse das chaves de ativação à equipe técnica da UFRGS configuram critério obrigatório para o aceite e recebimento provisório das licenças, sendo expressamente vedado o registro dos ativos em nome da Contratada ou de terceiros.

### Requisitos de Transição/Encerramento

4.21. Para o atendimento às exigências da Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023, estabelece-se que, ao término da vigência de 60 (sessenta) meses, caso não haja nova contratação ou renovação tempestiva das subscrições (Itens 3, 4 e 5), o *hardware* físico (Item 1) permanecerá em posse definitiva da Administração, operando com as funcionalidades básicas de roteamento e *firewall stateful*. A Contratada e o fabricante deverão garantir que, durante os 30 (trinta) dias que antecedem o término das subscrições, a UFRGS retenha o direito irrestrito de exportar de forma estruturada todas as configurações (*backup* de regras e políticas) e trilhas de auditoria (*logs*) armazenadas no FortiAnalyzer, não havendo qualquer tipo de retenção ou bloqueio de dados por parte do fornecedor.

### Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.22. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

#### 4.22.1. Diretrizes Gerais e Conformidade

4.22.1.1. A Solução tecnológica e a execução dos serviços associados deverão observar integralmente a Política de Segurança da Informação (PSI) da UFRGS, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018), bem como os ditames da IN SGD/ME nº 94/2022 e da Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023.

4.22.1.2. A execução contratual deve assegurar os princípios basilares da segurança da informação: autenticidade, confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações processadas, transmitidas ou custodiadas.

#### 4.22.2. Requisitos Técnicos da Solução

4.22.2.1. Disponibilidade e Integridade: A solução deve atuar proativamente para mitigar riscos de interrupção das operações vitais da Universidade (Disponibilidade) e proteger a infraestrutura contra modificações ou destruições não autorizadas (Integridade), considerando a classificação de impacto (baixo, médio ou alto) à imagem e às operações institucionais.

4.22.2.2. Proteção de Dados: A solução deve implementar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger dados pessoais e organizacionais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas, pautando-se pelos princípios da prevenção, segurança e responsabilização (accountability).

4.22.2.3. Apoio à Gestão de Incidentes: A solução deve fornecer mecanismos nativos e ininterruptos de auditoria, geração de logs e alertas. Estes recursos devem subsidiar TRI na detecção de intrusões, avaliação contínua de segurança e análise histórica, facilitando a identificação da extensão e natureza de eventuais anomalias.

#### 4.22.3. Obrigações e Conduta da Contratada

4.22.3.1. Sigilo e Confidencialidade: Todos os profissionais, empregados ou prepostos da Contratada que atuarão na instalação, configuração ou suporte técnico (com necessidade de acesso lógico ou físico à infraestrutura) deverão assinar, obrigatoriamente, o Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo previamente ao início de suas atividades, conforme Anexo deste TR.

- 4.22.3.2. **Vedação de Uso e Compartilhamento:** É terminantemente vedado à Contratada e aos seus prepostos copiar, reproduzir, comercializar, extrair ou compartilhar quaisquer dados, logs, configurações de topologia de rede ou credenciais de acesso da UFRGS a que tenham acesso por força da execução contratual, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal, conforme os ditames da Lei nº 14.133/2021.
- 4.22.3.3. **Tratamento de Dados Pessoais (LGPD):** Todo e qualquer tratamento de dados pessoais realizado durante as janelas de suporte técnico ou implementação deverá limitar-se estritamente ao mínimo necessário para a execução do contrato, sendo absolutamente vedado o seu uso para fins discriminatórios ou diversos da finalidade contratual original.
- 4.22.3.4. **Notificação de Incidentes:** A Contratada obriga-se a notificar imediatamente o DSInf e a equipe de fiscalização técnica do contrato acerca de qualquer indício de incidente de segurança, descoberta de vulnerabilidade crítica ou suspeita de vazamento de dados identificado durante a prestação do serviço, colaborando ativamente para a mitigação dos riscos.

**Vistoria**

- 4.23. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 17 horas.
- 4.24. Se necessário, serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.25. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.26. O agendamento da vistoria deverá ser solicitado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, por meio do endereço eletrônico **dsinf@cpd.ufrgs.br**, indicando o nome completo e RG/CPF do representante técnico;
- 4.27. Durante a vistoria no Datacenter, é estritamente vedada a captura de imagens (fotos ou vídeos) ou o registro de esquemas de segurança física e lógica, salvo se expressamente autorizado e acompanhado pelo fiscal técnico, visando a proteção dos ativos de informação.
- 4.28. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.29. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**Sustentabilidade**

- 4.30. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.30.1. Só será admitida a oferta da solução firewall Fortinet, no que couber, que cumpra os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 304, de 2023 do INMETRO.

**Indicação de marcas ou modelos**

- 4.31. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: equipamento, licenciamento e suporte da marca Fortinet.

Grupo	Item	Especificação
-------	------	---------------

1	1	Equipamento FortiGate FG-1801F (Hardware novo, de primeiro uso para composição de cluster HA).
	2	Serviço de Instalação, Configuração e Implementação (Serviço técnico especializado para o Item 1, incluindo fixação física, migração lógica e integração).
	3	Aquisição Licenciamento Enterprise Protection (IPS, AI-based Inline Malware Prevention, Inline CASB Database, DLP, App Control, Adv Malware Protection, URL/DNS/Video Filtering, Anti-spam, Attack Surface Security, Converter Svc, Licenciamento Forticare Premium) por 60 meses, para firewall Fortigate FG-1801F, com substituição por modelo equivalente em 1 (um) dia útil.  FC-10-F18F1-809-02-x.  FC-10-F18F1-210-02-x.
	4	Renovação Licenciamento Enterprise Protection (IPS, AI-based Inline Malware Prevention, Inline CASB Database, DLP, App Control, Adv Malware Protection, URL/DNS/Video Filtering, Anti-spam, Attack Surface Security, Converter Svc, FortiCare Premium) por 60 meses, para firewall Fortigate FG-1801F, com substituição por modelo equivalente em 1 (um) dia útil.  Equipamento Modelo: FortiGate FG-1801F  SN FG181FTK21901099  FC-10-F18F1-809-02-x.  FC-10-F18F1-210-02-x.
	5	Renovação Licenciamento FortiAnalyzer FAZ-VM-GB-100 (SN: FAZ-VMTM22000548), com 100 GB/dia de logs, com licenciamento por 60 meses, com capacidade de armazenamento ilimitada.  Modelo: FortiAnalyzer FAZ-VM-GB-100  FC5-10-LVOVM-248-02-x
	6	Contrato de manutenção e suporte para o equipamento FG-1801F em operação, bem como para os equipamentos dos itens 1,3, 4 e 5 desta contratação. A manutenção e o suporte deverão ser prestados na modalidade 24 horas por dia, 7 dias na semana, pelo período de 60 meses, com substituição por equipamento equivalente em, no máximo, um (1) dia útil. Os demais itens da contratação, relacionados aos licenciamentos, deverão permanecer cobertos por garantia e manutenção da fabricante Fortinet durante o mesmo período de 60 meses.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.32. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº 23078.528115/2025-22, a Administração não aceitará o fornecimento de produtos que não sejam do fabricante Fortinet, tendo em vista a necessidade de assegurar a compatibilidade técnica e a efetiva implementação de alta disponibilidade entre o novo equipamento a ser adquirido e o equipamento atualmente em operação.

Da exigência de carta de solidariedade

4.33. Não haverá exigência de carta de solidariedade para a presente contratação.

Subcontratação

4.34. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



## **Da exigência de amostra**

4.35. Não haverá exigência de envio de amostra, uma vez que o equipamento a ser entregue deverá ser o FortGate FG-1801F.

## **Garantia da contratação**

4.36. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.37. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.37.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.37.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.37.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.37.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.37.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.38. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, preferencialmente na Agência Rua da Praia, no Centro de Porto Alegre.

4.39. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.40. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.41. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal

4.41.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.42. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.42.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.42.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.42.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado, nos termos do artigo, 8º, inciso VI do Decreto 9.507/2018.

4.43. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.44. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.45. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.46. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.47. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.47.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.47.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.48. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.48.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.48.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.49. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.50. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.51. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.52. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

### **Margem de Preferência**

4.53. O objeto da contratação não se enquadra na margem de preferência.

### **Informações relevantes para o dimensionamento e/ou apresentação da proposta**

4.54. A proposta deverá contemplar todos os itens da tabela do item 1.1;

4.55. Que a solução atenda aos requisitos dispostos neste Termo de Referência.

## 5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

### 5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

### 5.2. São obrigações do CONTRATADO:

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso.

### 5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

- 5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.4. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.5. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.6. definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.7. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.8. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado; e

5.3.9. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGS/ME nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Início da execução do objeto: na data pactuada no instrumento contratual.

6.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho estão descritos neste Termo de Referência.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

6.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

Rua Ramiro Barcelos, 2574 - Bairro Santa Cecília - Porto Alegre/RS; ou virtualmente desde que autorizado pela contratante.

6.3. Os serviços serão prestados, ordinariamente, no horário compreendido entre 8h (oito horas) e 18h (dezoito horas), em dias úteis. Em situações excepcionais ou de caráter emergencial, os serviços deverão ser executados em horário diverso, mediante prévio alinhamento e concordância entre a Contratante e a Contratada, sem prejuízo do atendimento às condições contratuais estabelecidas.

### **Rotinas a serem cumpridas**

6.3.1. A execução contratual observará as rotinas definidas neste Termo de Referência:

### **Materiais a serem disponibilizados**

6.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

6.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.5.1. Que a solução a ser entregue atenda aos itens dispostos na tabela do item 1.1;

6.5.2. Que a Solução atenda integralmente a todos as especificações, diretrizes e requisitos delimitados neste termo.

### **Formas de transferência de conhecimento**

6.6. Não há necessidade de transferência formal de conhecimento, uma vez que o objeto não demanda capacitação continuada. Excepcionalmente, por ocasião da implantação, a contratada deverá providenciar a entrega dos manuais, da documentação técnica pertinente e, quando aplicável, as orientações necessárias para a correta utilização e administração da solução.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

6.7. Ao final da vigência contratual ou em caso de rescisão, deverão ser observados os seguintes procedimentos para garantir a continuidade do serviço e a segurança da informação:

6.7.1. **Entrega de Credenciais:** A Contratada deverá assegurar que todas as senhas administrativas (admin, root ou equivalentes) dos equipamentos físicos e virtuais (Firewall e FortiAnalyzer) estejam em posse exclusiva da equipe técnica da UFRGS, garantindo que não haja qualquer bloqueio lógico imposto pelo fornecedor.

6.7.2. **Backup Final:** A Contratada deverá auxiliar a equipe técnica da UFRGS na execução de um backup completo (full) das configurações vigentes e dos logs armazenados até a data de encerramento, assegurando a integridade dos dados para fins de auditoria futura.

6.7.3. **Desvinculação de Licenças:** Caso haja troca de fornecedor de suporte, a Contratada deverá realizar os procedimentos administrativos necessários junto ao fabricante (Fortinet) para a desvinculação da conta de suporte antiga e transferência dos ativos para a nova conta indicada pela Contratante, sem ônus adicional.

### **Mecanismos formais de comunicação**

6.8. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

I) Ordem de Serviço;

II) Nota de Empenho

III) Ata de Reunião;

IV) Ofício;

V) E-mails e Cartas;

VI) Chamados registrados por meio do sistema do fabricante e do fornecedor.

### **Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

6.9. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.10. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS I e II.

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### Preposto

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 07 (sete) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.10.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.10.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.10.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.10.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.10.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

### Rotinas de Fiscalização

7.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

### Fiscalização Técnica

7.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.13. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.14. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Fiscalização Administrativa**

7.19. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

7.21. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

- 7.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 7.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.
- 7.21.8. receber e dar encaminhamento imediato:
- 7.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
- 7.21.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o instrumento disposto nesta seção.

IAE – ÍNDICE DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos bens e prestação dos serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) e/ou Nota de Empenho (NE).	
Meta a cumprir	IAE < = 0	Entrega do produto no prazo a seguir: até 45 dias para o item 1.
Instrumento de medição	OFB/NE, Termo de Recebimento Provisório (TRP)	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OFB/NE. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OFB/NE (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OFB/NE.	
Periodicidade	Para cada Ordem de Fornecimento de Bens e/ou Nota de Empenho encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	
	<b>IAE = <u>TEX – TEST</u></b> Onde: IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OFB; TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OFB, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OFB.	



<b>Mecanismo de Cálculo (métrica)</b>	<p>A data de início será aquela constante na emissão da OFB/NE;</p> <p>A data de entrega será contada a partir da emissão da OFB/NE reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OFB/NE continua a correr, findando-se apenas quanto o Contratado entrega os produtos da OFB/NE e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da OFB/NE – constante na OFB/NE, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>
<b>Observações</b>	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>
<b>Início de Vigência</b>	A partir da emissão da OFB/NE.
<b>Faixas de ajuste no pagamento e Sanções</b>	<p>Para valores do indicador <b>IAE</b>:</p> <p>Menor ou igual a 0 – Pagamento integral da OFB/NE;</p> <p>De 1 a 90 - aplicar-se-á glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da OFB/NE ou fração em atraso.</p> <p>Acima de 90 - aplicar-se-á glosa de 10% bem como multa de 2% sobre o valor OFB/NE ou fração em atraso.</p>

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.2.1. não produziu os resultados acordados,

8.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.4.1. A conferência física e lógica dos equipamentos entregues, validando se o modelo, part number e número de série correspondem ao ofertado na proposta comercial e se os bens encontram-se novos, sem uso e em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados de todos os acessórios (cabos, trilhos de fixação em rack e manuais);

8.4.2. A comprovação da ativação das licenças e subscrições (serviços de proteção, suporte técnico e gestão de logs) diretamente no portal de gerenciamento do fabricante, demonstrando o vínculo irrevogável dos ativos à conta institucional da UFRGS e a vigência integral de 60 (sessenta) meses contratada; e

8.4.3. A homologação técnica da instalação e configuração, atestada mediante relatório técnico emitido pela Fiscalização, confirmando o sucesso nos testes de Alta Disponibilidade (funcionamento do cluster e failover automático), a correta aplicação das políticas de segurança migradas e a efetiva ingestão e indexação de logs na solução centralizada (FortiAnalyzer).

## Recebimento

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período datado da assinatura do termo de recebimento provisório, emitido e assinado pelo fiscal técnico e pelo gestor do contrato.

8.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Procedimentos de Teste e Inspeção**

8.22. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.22.1. Inspeção Física e Documental: Verificação visual da integridade física dos equipamentos (ausência de avarias, lacres rompidos), conferência dos Números de Série (Serial Numbers) em comparação com a Nota Fiscal e com o contrato de suporte do fabricante, além da validação da ativação das licenças no portal FortiCloud/FortiCare, confirmando as datas de vigência e os bundles de serviços contratados (IPS, AV, Web Filter etc.);

8.22.2. Teste de Alta Disponibilidade (HA): Realização de teste prático de failover no ambiente de produção, consistindo no desligamento forçado (físico ou lógico) do nó primário do cluster para verificar a assunção automática das conexões pelo nó secundário (novo equipamento), assegurando que não haja perda de pacotes significativa ou interrupção perceptível dos serviços críticos da Universidade; e

8.22.3. Teste de Integração e Logs: Verificação do efetivo envio, recebimento e indexação de logs entre o cluster de Firewalls e a solução FortiAnalyzer, validando se a taxa de ingestão suporta a volumetria de 100 GB /dia contratada e se os relatórios de auditoria estão sendo gerados corretamente com os dados dos novos equipamentos.

### **Liquidação**

8.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.28.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.33.1. Com exceção do item 6, cujo pagamento ocorrerá em parcelas mensais fixas, pelo período de 60 (sessenta) meses, o pagamento dos demais itens será realizado em parcela única, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, observado o prazo definido no item 8.33.

8.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

8.39. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

### **Reajuste**

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/03/2026.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o) / I^o$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

$I^o$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data do orçamento estimado (item 8.40);

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de Crédito**

8.48. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.48.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.48.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público,

conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.48.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.48.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.49. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## 9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas úteis.	Multa de 0,5% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso sem prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 5 (cinco) dias úteis.
2	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de <b>5%</b> do valor total do Contrato.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

- 9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou
- 9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4.4. Multa:

9.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

9.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% a 10% do valor da contratação.

9.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 2% a 10% do valor da contratação.

9.4.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% a 5% do valor da contratação.

9.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% a 2% do valor da contratação.

9.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% a 2% do valor da contratação.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Antes da aplicação da sanção de Advertência será facultada a defesa do interessado no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data de sua intimação (art. 24 da Lei nº 9.784/99).

9.7. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.8. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.10. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.11.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.11.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.12. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.12.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.12.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.12.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.12.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.12.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.15. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.15.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



## 10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### Regime de Execução

10.2. O regime de execução do contrato será por EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

### Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

10.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Técnica**

10.22. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.22.1. Para fins da comprovação de que trata o subitem anterior, os atestados de qualificação técnico-profissional, deverão corresponder à parcela de maior relevância definida pela Administração, qual seja, o sistema operacional FortiOS, abrangido pelo licenciamento Enterprise Protection para equipamento Firewall Fortigate, conforme especificado na seção 1 deste Termo de Referência.

10.22.2. Os atestados devem atender aos seguintes requisitos:

10.22.3. Comprovar o fornecimento que, no total, corresponda à execução de 01 (um) contrato de licenciamento Enterprise Protection para Firewall Fortigate 1801F, com o respectivo sistema operacional FortiOS, pelo período, ininterrupto, de 3 (três) anos, ou, alternativamente, comprovar o fornecimento de licenciamento de complexidade tecnológica equivalente ou superior, com o mesmo sistema operacional também pelo período, ininterrupto, de 3 (três) anos. Tal quantitativo representa 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância.

10.22.4. O lapso temporal mencionado acima, torna-se indispensável para assegurar à prestação do serviço em conformidade com as necessidades específicas deste órgão contratante, por força da sua continuidade, essencialidade, quantitativo, risco e complexidade.

10.22.5. Para fins de comprovação do período mínimo exigido de prestação de serviço, será admitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados, desde que referentes a serviços executados de forma concomitante, observada a compatibilidade com o objeto contratado.

10.23. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.24. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.25. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.26. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.27. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

10.28. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.29. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.30. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.31. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.32. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

10.33. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.33.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.33.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.33.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.33.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.33.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.33.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.33.6.1. ata de fundação;

10.33.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.33.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.33.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

- 10.33.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 10.33.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- 10.33.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 3.859.405,75 (três milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e cinco reais e setenta e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: Centro de Processamento de Dados
- II) Fonte de recursos: 1000000000/1050
- III) Programa de trabalho: 230274
- IV) Elemento de despesa: 339039/449052; e
- V) Plano interno: M20RKG0100N

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

<div>Integrante</div> <div>Requisitante</div> <div>Arthur Boos Jr.</div> <div>Engenheiro</div> <div>0351338</div>	<div>Integrante</div> <div>Técnico</div> <div>Guilherme Rotth Zibetti</div> <div>Analista de Sistemas</div> <div>1400454</div>	<div>Integrante</div> <div>Administrativo</div> <div>Viviane Maria dos Santos Soares</div> <div>Assistente em Administração</div> <div>00212513</div>
---	--	---

<div>Autoridade Máxima da Área de TIC</div> <div><div></div><div>Rui de Quadros Ribeiro</div><div>Diretor do CPD/UFRGS</div><div>2076626</div></div>
--

Porto Alegre, 07 de abril de 2026.

Aprovo,

<div>Autoridade Competente</div> <div><div></div><div>Franciele Marques Ziquinatti</div><div>Diretora do Departamento de Compras</div><div>Em Subdelegação de Competência - Portaria nº 801/2026 PROPLAN/UFRGS</div></div>
--

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ARTHUR BOOS JUNIOR  
Integrante Requisitante

**GUILHERME ROTTH ZIBETTI**

Integrante Técnico

**VIVIANE MARIA DOS SANTOS SOARES**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 13/04/2026 às 11:02:01.*

**RUI DE QUADROS RIBEIRO**

Autoridade Máxima da Área de TIC

**FRANCIELE MARQUES ZIQUINATTI**

Diretora do Departamento de Compras Em subdelegação de Competência - Portaria nº 801/2026 PROPLAN/UFRGS